

118 - Tenente-General Rufino Enéas Gustavo Galvão

(Barão e Visconde de Maracajú)

Dados Biográficos

Nascimento - 02 de julho de 1831, Laranjeiras - SE.

Filiação - Brigadeiro José Antonio da Fonseca Galvão e de Mariana Clementina de Vasconcelos Galvão.

Formação e atividades principais - Alistou-se a 23 de setembro de 1843, com pouco mais de 12 anos de idade na arma de infantaria, como Cadete, regalia que lhe cabia por satisfazer as condições do parágrafo 3º do Alvará de 16 de março de 1857. Matriculou-se na Escola Militar da Corte, concluiu aí seus estudos, com aprovação plena e a 03 de dezembro de 1851 recebeu o grau de Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. A 03 de dezembro de 1847 foi elevado ao posto de Alferes para a Arma de Infantaria, de onde foi transferido, como Segundo-Tenente, a 20 de novembro de 1849, para o corpo de engenheiros.

Em janeiro de 1852 seguiu a fim de incorporar-se ao Exército em operações contra o Estado Oriental; não obstante ter se oferecido para dar combate aos inimigos da pátria, não teve oportunidade de por a prova seus pendores guerreiros porque a campanha foi terminada em um só encontro. Terminada a campanha, com apenas 22 anos de idade, foi nomeado para fazer parte da comissão de limites entre o Brasil e o Estado Oriental, chefiado pelo barão de Caçapava, e posteriormente sob a direção do General Pedro de Alcântara Belegarde. A 13 de julho de 1852 foi promovido ao posto de Primeiro-Tenente.

Foi nomeado em princípios de 1856 Inspetor-Geral das mediações das terras públicas da província de São Paulo e foi exonerado dessa comissão, em que prestou bons serviços, a 10 de julho de 1858. Teve vital desempenho em várias comissões de astronomia e de geodésia, merecendo sempre, pela sua competência, honrosos encômios dos seus chefes. Foi promovido a Capitão. Quando iniciou-se a guerra da tríplice aliança, o Capitão Rufino Enéas fazia parte de uma comissão importante no Ministério da Agricultura, da qual pediu exoneração e ofereceu-se para seguir para o

sul do país. Promovido a Major, pelo princípio de merecimento, em 18 de fevereiro de 1865, foi nomeado em 10 de junho do mesmo ano Chefe da Comissão de Engenheiros do Exército de reserva, que se organizara no Rio Grande do Sul. Foi elevado ao posto de Tenente-Coronel, quando tomou parte no combate de São Solano.

Rufino tomou parte no combate de Itororó, em 05 de dezembro de 1868 e na batalha de Avaí, no dia 11, em que foram derrotados os paraguaios sob o comando do General Bernardino Cabalero. Foi promovido a Coronel por distinção. Pouco depois das cruentas fornadas de dezembro, partiu para a Corte a fim de dar cumprimento a uma missão do General em Chefe. Ao regressar ao Brasil foi nomeado Chefe interino do Estado-Maior do Exército sob o comando do General Guilherme Xavier de Sousa; foi sobremodo profícua a passagem do Coronel Rufino Galvão por esse elevado cargo, pois promoveu a reorganização do Exército, que estava combatido pelas árduas campanhas em que se empenhava.

Em 1872 foi nomeado Chefe da Comissão de Engenheiros encarregada de demarcar a linha fronteira com o Paraguai. Em cinco meses essa comissão realizou um notável e precioso trabalho, não obstante os penosos sacrifícios que teve de enfrentar e vencer.

Por decreto de 30 de janeiro de 1879 foi nomeado para o cargo de Comandante das Armas e Presidente da província do Amazonas, tomou posse em 07 de março seguinte, sendo substituído em 26 de agosto desse mesmo ano. Ainda nesse ano de 1879, foi nomeado, a 09 de outubro, Presidente de Mato Grosso. Desempenhou, também, por nomeação que lhe foi conferida em 20 de novembro de 1882, o cargo de Presidente do Pará, tomando posse a 16 de dezembro seguinte, foi o 44º Presidente dessa província e foi substituído em 11 de maio de 1883 pelo Bacharel José de Araújo Roso Danin.

O Barão de Maracajú prestou relevantes serviços em favor da abolição da escravatura, animando todas as associações libertadoras e executando a lei proibitiva do tráfico de escravos com a província, que até então não passara de letra morta. Exerceu muitas outras comissões militares e científicas.

Em 1889 assumiu o Ministério da Guerra nos seguintes períodos: 07 de junho a 02 de setembro, 01 a 17 de outubro e 12 a 15 de novembro.

Por decreto de 15 de novembro de 1899, o governo provisório reformou, por motivos de ordem pública, o Visconde de Maracajú, no posto de Tenente-General.

Condecorações - Por decreto de 02 de dezembro de 1854, foi nomeado Cavaleiro da Ordem da

Rosa, criada por D. Pedro I, a 17 de outubro de 1829, para perpetuar seu enlace matrimonial com a princesa D. Maria Amélia Augusta de Leuchtenberg. A 02 de dezembro de 1856 foi nomeado Cavaleiro da Ordem Militar de São Bento de Aviz, que em Portugal foi a primeira e maior antiga das Ordens de Cavalaria, fundada em 1162, por El-Rei D. Afonso Henriques. Foi Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul. Foi condecorado com a Medalha de Mérito Militar.

Títulos nobiliárquicos - Concluído os trabalhos de demarcação da fronteira do Brasil com o Paraguai o Coronel Rufino foi agraciado com o título de Barão de Maracajú, e, posteriormente com o de Visconde da mesma designação.

Atividades no STM - Nomeado Conselheiro de Guerra para o Conselho Supremo Militar, atual Superior Tribunal Militar por decreto de 23 de março de 1889. Tomou posse a 27 do mesmo mês e ano. Nomeado Ministro do Supremo Tribunal Militar, de acordo com o decreto nº 149, de 18 de julho de 1893, por Decreto do Vice-Presidente da República, de 22 do mesmo mês e ano.

Falecimento - Em 19 de fevereiro de 1909, no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Raymundo Rodrigues. **História do Superior Tribunal Militar**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. p. 130-40.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento. **Coletânea de informações**: Rufino Enéas Gustavo Galvão. Brasília, DF, 2019. Arquivos disponíveis na Seção de Museu.

LAGO, Laurênio. **Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar**: dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 27.

NOGUEIRA, Otaciano & FIRMO, João Sereno. **Parlamentares do Império**. Brasília: Senado Federal, 1973. p. 659.